

19 a 21 de outubro Ponta Grossa - PR - Brasil

**A CONTRIBUIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE VIANA-ES, PARA O
DESENVOLVIMENTO COMO EXPANSÃO DE CAPACIDADES,
SEGUNDO A ABORDAGEM DE AMARTYA SEN: A PERCEPÇÃO DOS
AGRICULTORES**

**THE CONTRIBUTION OF PUBLIC POLICIES TO FAMILY
AGRICULTURE IN THE MUNICIPALITY OF VIANA-ES, TO
DEVELOPMENT AS CAPACITY EXPANSION, ACCORDING TO
AMARTYA SEN'S APPROACH: THE PERCEPTION OF FARMERS**

ÁREA TEMÁTICA: 2 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Marcelo Loyola Fraga, Faculdade PIO XII, Brasil, mlfraga@terra.com.br

Resumo

Este artigo objetiva analisar as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar do município de Viana-ES e se estas têm contribuído para o desenvolvimento como expansão das capacidades dos agricultores, segundo a abordagem de Amartya Sen, na percepção dos agricultores. Procura dar uma visão panorâmica da rede conceitual dessa abordagem e sinalizar algumas questões relevantes para a avaliação de instituições e de políticas públicas em geral. Para Amartya Sen, um país é tanto mais desenvolvido quanto mais se promove a expansão do horizonte de liberdade dos seus cidadãos. Assim, a análise de Sen volta-se para o que devem ser os verdadeiros fins do desenvolvimento: as próprias pessoas. Nesse sentido, a abordagem de avaliação social do autor aqui estudado se distingue de outras mais tradicionais, cujo foco recai sobre a renda, a riqueza, e/ou outros meios de que as pessoas se utilizam para atingir seus objetivos. Este trabalho conclui que a abordagem das capacidades humanas pode ser vista como um método geral de avaliação de estratégias de desenvolvimento, instituições e políticas públicas. Ademais, diante das entrevistas realizadas durante a pesquisa, considera-se que, na percepção dos agricultores, as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar em Viana-ES, vem contribuindo para o desenvolvimento de suas capacidades, segundo a abordagem de Amartya Sen.

Palavras-chave: Políticas públicas; agricultura familiar; desenvolvimento; expansão de capacidades; Amartya Sen.

Abstract

This article aims to analyze the public policies aimed at family farming in the municipality of Viana-ES and whether they have contributed to the development as expansion of farmers' capacities, according to Amartya Sen's approach, in the perception of farmers. It seeks to give an overview of the conceptual network of this approach and to flag some issues relevant to the evaluation of institutions and public policies in general. For Amartya Sen, a country is all the more developed the more it promotes the expansion of the horizon of freedom of its citizens. Thus, Sen's analysis turns to what the real goals of development should be: the people themselves. In this sense, the approach of social evaluation of the author studied here is distinguished from other more traditional ones, whose focus is on income, wealth, and/or other means that people use to achieve their goals. This paper concludes that the human capabilities approach can be seen as a general method of evaluating development

strategies, institutions and public policies. Moreover, in view of the interviews conducted during the research, it is considered that, in the perception of farmers, public policies aimed at family agriculture in Viana-ES, have been contributing to the development of their capacities, according to the approach of Amartya Sen.

Keywords: Public policies; family farming; development; capacity expansion; Amartya Sen.

1 – INTRODUÇÃO

O desenvolvimento socioeconômico pode ser visto como um fator multidimensional. Esta condição pode ser consequência de diversos fatores, seja pelas decisões tomadas pelos governos, pela formação cultural do local, pelas oportunidades igualitárias ou pelas características individuais de cada população.

Amartya Sen, em seus diversos estudos, analisa o desenvolvimento através da abordagem das capacidades e da liberdade dos indivíduos, uma vez que a capacidade é vista como “o poder ou habilidade de fazer algo”. Afirma ainda que as políticas de desenvolvimentos são eficazes quando estas são feitas mediante as capacidades de determinada população, bem como efetivar as privações de liberdade, ou seja, a opção de escolha, entre o indivíduo escolher algo que mais lhe atenda, ou simplesmente não escolher nada.

Dentro desse contexto, este estudo busca analisar as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar do município de Viana-ES e se estas têm contribuído, na percepção dos agricultores, para o desenvolvimento como expansão das capacidades dos agricultores, segundo a abordagem de Amartya Sen.

A agricultura familiar merece destaque no Brasil, pois a maior parte da alimentação da sociedade é oriunda da produção de alimentos por meio dos pequenos agricultores e pela agricultura familiar. Além disso, os agricultores são os responsáveis pelo abastecimento de alimentos por todo país. Desse modo, o interesse pelo desenvolvimento rural passou a ser político e social.

O termo desenvolvimento rural está cada dia mais ampliando discussões em meios políticos e acadêmicos, e não se limita apenas na parte conceitual, mas principalmente aos fatores capazes de potencializar e fortalecer as práticas de desenvolvimento sustentável no campo. Pois, o desenvolvimento não deve ser relacionado somente à economia ou o crescimento econômico, o mesmo está relacionado também à qualidade de vida dos indivíduos e ao meio ambiente em que sobrevivem.

Desse modo, este estudo se propõe a responder a seguinte questão: até que ponto os agricultores familiares percebem que as políticas públicas, voltadas para a agricultura familiar do município de Viana-ES, têm contribuído para o desenvolvimento como expansão das capacidades dos agricultores, segundo a abordagem de Amartya Sen?

Além de responder a essa questão, o estudo também pretende atingir o seguinte objetivo específico: analisar a gestão das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no município de Viana-ES.

A pesquisa está circunscrita às políticas públicas, implementadas no município de Viana-ES, voltadas para o incentivo à agricultura familiar. Sendo que o foco principal é verificar como essas políticas públicas estão contribuindo para o desenvolvimento das capacidades dos agricultores segundo a abordagem de Amartya Sen. A tarefa da pesquisa consiste em verificar as várias efetivações na vida dos agricultores familiares e a sua capacidade de realizá-las.

Para a atingir os propósitos desse artigo, busca-se identificar as políticas públicas do município de Viana-ES através de entrevista a representantes da administração pública, bem como entrevistas com agricultores e ainda consultas ao portal institucional do município, de

modo que se possa verificar a abrangência dos programas de fomento à agricultura familiar do município e quais políticas estão vigentes.

Além dessa introdução, este artigo faz uma breve descrição sobre conceitos de desenvolvimento, depois discute o desenvolvimento como expansão as capacidades humanas, trata de políticas públicas e programas sociais. Além disso, descreve os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, relata os programas sociais do Município de Viana-ES e, por fim, traz as considerações finais.

2 – REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 – CONCEITOS SOBRE DESENVOLVIMENTO

Na literatura é possível encontrar diversas discussões em relação ao conceito de desenvolvimento. Esse termo, em estudos anteriores, só seria possível ser atingido se houvesse o crescimento econômico de determinado lugar, porém, com o passar dos anos, alguns autores discordaram dessa premissa, como Martins (2019) quando cita que a riqueza de um país não garante o bem estar de sua população e que seria necessário pensar em situações que afetariam as pessoas.

Para Sen (2000, p. 14) “uma concepção adequada do desenvolvimento tem de ir muito além da acumulação de riqueza, do crescimento do produto nacional bruto (PNB) e de outras variáveis relacionadas à renda”. Ainda conforme o autor, o crescimento econômico não deve ser ignorado, mas sim ter uma visão muito além disso.

Para Sen (2000), o conceito de desenvolvimento está relacionado com a liberdade dos indivíduos, o bem estar, suas capacidades bem com o respeito com o meio ambiente. Quanto à liberdade, esta deve ser considerada como fim e como meio para que ocorra o desenvolvimento, o bem estar, que é considerado com objetivo do desenvolvimento, consiste na liberdade de escolhas do indivíduo, onde pode optar por fazer ou não fazer coisas.

Veiga (2005) destaca que na concepção de Sen e de Mahbud, ocorre desenvolvimento somente quando as vantagens do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, sendo atribuídas como um conjunto de coisas que os indivíduos podem escolher em o que ser, ou fazer, na vida. Veiga (2008, p. 85) afirma que os aspectos mais elementares resumem-se em: “(...) ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade”.

Sen (2000, p. 10) destaca que “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente”, que este se configura como aquele que através de sua ação livre e racional, causa uma mudança no ambiente.

Já, conforme Pinheiro (2012, p. 15), “a condição do agente pode ser limitada por vários fatores “externos”, como a pobreza, a tirania política, a falta de oportunidades econômicas, a exclusão social, a intolerância, a negação de direitos civis etc.”.

Neste contexto, as políticas públicas devem ser criadas de modo a atender as necessidades e eliminar as privações, pois de nada adianta a criação de programas sociais que as pessoas em vulnerabilidade não consigam usufruir devido as suas capacidades e limitações.

Deve haver uma interação entre o crescimento/desenvolvimento econômico e equidade social, de modo a desenvolver políticas para essa parte da população que é mais fragilizada, portanto, para que isso ocorra, deve haver o envolvimento de todos os atores envolvidos.

Alguns problemas da sociedade se caracterizam como críticos e fundamentais, estimulando o setor público a criar políticas públicas eficientes a fim de reduzir seus reflexos. Neste contexto, Cançado, Tenório e Pereira (2011) afirmam que a política social deve ser

transparente e legítima nas ações apresentadas para, assim, ocorrer um melhor entrosamento entre o governo e a sociedade.

Desta forma, quando o cidadão é considerado participante na elaboração dos processos de política pública, a mesma acontece segundo Tenório (1998, p.22) “desde a identificação do problema, o planejamento de sua solução e o acompanhamento da execução até a avaliação do impacto social efetivamente alcançado”.

2.2 - DESENVOLVIMENTO COMO EXPANSÃO DAS CAPACIDADES

Este capítulo estuda a capacidade enquanto “o poder ou habilidade de fazer algo” escritos nos estudos de Sen.

Sen, em seus estudos, evidenciou que as capacidades humanas devem ser o centro das políticas públicas do Estado, com o objetivo de cumprir os direitos previstos na lei, “reconhecer as capacidades e os direitos humanos como proposições morais capazes de servir de base para a legislação”. (SEN, 2011, p. 398).

Sen (2000, p.3) “o desenvolvimento pode ser visto [...] como um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam”. Dentro desse contexto, Sen (2008) cita que as capacidades devem ser igualadas, pois para ele “a perspectiva da capacidade é uma concepção da igualdade de oportunidades”. A capacidade que uma pessoa possui corresponde a liberdade que tem para optar um tipo de vida.

Neste sentido, observa-se que o desenvolvimento do país pode ser visto através do modo em que a liberdade dos indivíduos é oferecida e valorizada. A qualidade de vida das pessoas deve ser medida principalmente pela condição que o Estado lhe dá para expandir suas capacidades, e então isso se transforma em uma via de mão dupla, pois segundo os estudos de Sen, onde por um lado o Estado valoriza e aumenta as capacidades das pessoas através das políticas públicas, e de outro lado, essas políticas são estimuladas pelo uso efetivo das pessoas.

Sen (2000, p. 26) a liberdade é um dos meios principais para o desenvolvimento onde:

As liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres, ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais [...] facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas [...] podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais.

Desse modo, a capacidade citada por Sen (2011, p. 262), é a “aptidão para decidir viver como gostaríamos e para promover os fins que quisermos fazer avançar”. Sendo assim, toda a população tem o direito de promover suas capacidades, seja por meio de normas que ajudem nas escolhas, ou através de ações do Estado por meio de políticas públicas que objetivam o desenvolvimento das capacidades e liberdades de escolhas do indivíduo.

O desenvolvimento enquanto liberdade pode ser distinguido por dois conceitos, o primeiro é o modelo da oportunidade que se refere às alternativas que se encontram ao alcance do indivíduo, e o segundo é o aspecto do processo, que são as circunstâncias que induzem ao indivíduo a poder escolher. Sen acredita que quanto maior for a quantidade de opções ao alcance das pessoas, melhor será para este na condição de agente, pois, capacidade é [...] “a liberdade substantiva de realizar combinações de funcionamentos alternativos”, isto é, “a liberdade de atingir vários estilos de vida”. Sen (2000, p. 75):

É preciso ressaltar que, na busca de soluções dos problemas coletivos, o exercício da razão pública interage com as capacidades dos indivíduos. Ou seja, tanto o sucesso do exercício da razão pública depende de que os participantes tenham certas capacidades (argumentar, considerar pontos de vista diferentes etc., o que depende crucialmente da educação, da informação e da cultura dos indivíduos), quanto as

capacidades individuais podem ser fomentadas por decisões oriundas desse espaço público de razões. Por isso, é preciso que o conjunto da população tenha as capacidades necessárias e suficientes para decidir coletivamente sobre as questões comuns, da maneira mais livre, consciente, informada e racional possível.

Quando a população é privada do desenvolvimento das capacidades e liberdade (nos conceitos aqui estudados) fica submetida a condições desfavoráveis de sobrevivência, como o desemprego, pobreza, baixa renda, fatores estes que influenciam em situações futuras, como a falta de condições de qualificação ou atualização de sua profissão, o não pagamento das contas, a dificuldade da compra de medicamentos, a falta de acesso a recursos básicos, afetando também a saúde física e mental das pessoas.

Sen (2000) acredita que é preciso entender os fatores que afetam as pessoas nas suas capacidades de transformação de renda em funcionamentos, levando-as a viver em um círculo vicioso da pobreza que é uma situação onde as privações das capacidades se auto fortificam. Os funcionamentos referem-se a fatores do meio social, como o grau de alfabetização, o estado de saúde das pessoas entre outros, que são informações úteis para criação de políticas públicas e programas sociais.

Portanto, muitos problemas da sociedade que são vistos somente como situações decorrentes da pobreza não serão combatidos com políticas paliativas que visem somente a redução da pobreza, é preciso obter um diagnóstico do ocorrido, e implementar políticas erradicando a pobreza para que não se instaure o círculo vicioso, desse modo, para criação de políticas públicas é preciso elaborar um diagnóstico que abranja o entendimento da natureza dessa situação que é a privação da liberdade e a capacidades das pessoas.

Políticas paliativas são ineficazes, uma vez que se for transferido rendas para a população em vulnerabilidade, a desigualdade social não será combatida, tampouco a desigualdade de capacidades existentes entre os indivíduos.

2.3 - POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS SOCIAIS

Segundo Bucci (2001), as políticas públicas são mecanismos de concentração de interesses da sociedade em torno de objetivos universais. Sen e Kliksberg (2010) destacam que a persistência da pobreza, da violência, das dificuldades de acesso à saúde e à qualidade e ao emprego na América Latina são consequências das diferenças socioeconômicas encontradas nos países em processo de desenvolvimento.

Os mesmos autores citam que a principal causa da pobreza é o estado de desigualdade social, pois as classes mais pobres, por exemplo, não têm acesso aos recursos básicos, acarretando a fragilidade na saúde, alimentação e demais necessidades intrínsecas do ser humano.

A principal finalidade da política pública é promover a inclusão social das classes mais pobres. Para tanto, com a promulgação de uma legislação pertinente, a começar pela Constituição Federal de 1988, houve uma mudança significativa no Brasil.

Alguns problemas da sociedade se caracterizam como críticos e fundamentais, estimulando o setor público a criar políticas públicas eficientes a fim de reduzir seus reflexos. Neste contexto, Cançado, Tenório e Pereira (2011) afirmam que a política social deve ser transparente e legítima nas ações apresentadas para, assim, ocorrer um melhor entrosamento entre o governo e a sociedade.

Desta forma, quando o cidadão é considerado participante na elaboração dos processos de política pública, a mesma acontece segundo Tenório (1998, p. 22) “desde a identificação do problema, o planejamento de sua solução e o acompanhamento da execução até a avaliação do impacto social efetivamente alcançado.”

Kaztman (1999) afirma que para a estrutura de oportunidades, a vulnerabilidade é tida como um desequilíbrio na sua estrutura. Deste modo, a situação de vulnerabilidade social pode ser consequência de diversos fatores socioeconômicos, tais como, as falhas no acesso à educação, a fragilidade nas relações sócio-familiares, precariedade de renda, baixa possibilidade ao lazer, ao trabalho e a cultura.

Para Souza (2006), estes impasses não possuem respostas fáceis e claras, mas, apesar de questionamentos diferentes, a explicação de políticas públicas assume uma concepção de modo que o todo seja mais importante que a junção das partes envolvidas, e que devem ser considerados as instituições, os indivíduos, as interações, interesses e ideologias, mesmo que ocorra divergência sobre sua importância.

2.4 - PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído por meio da resolução 2.141, de 24 de agosto de 1995, tem por objetivo expandir a agricultura familiar no país. Este é um programa do Governo Federal, e visa fortalecer as atividades desenvolvidas pela agricultura familiar fornecendo benefícios para que os agricultores possam ter melhor qualidade de vida.

Para que o agricultor tenha acesso aos benefícios oferecidos pelo programa é necessário que possua Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) cadastrada na base de dados da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Dentre os benefícios do programa, os agricultores podem usufruir do aumento da produtividade através de apoio financeiro para aquisição de itens para as atividades de produção, armazenagem, transporte etc.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), “agricultura familiar mantém cerca de 12 milhões de pessoas economicamente ativas no campo, produzindo, gerando renda, interiorizando o desenvolvimento e alimentando os brasileiros”.

Com a expansão do número de agricultores usufruindo do PRONAF foi possível a criação de novas regras voltadas para a realidade de diversos seguimentos. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), “há linhas especiais direcionadas, por exemplo, à agroindústria, agroecologia, sistemas agroflorestais, semiárido, mulher e jovem”. Além disso, “os agricultores de mais baixa renda podem contar com o microcrédito rural, que permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias geradoras de renda”.

Schneider et al. (2004, p. 21) afirmam que:

[...] o surgimento do PRONAF representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultura de subsistência.

A criação do PRONAF foi um marco histórico na agricultura brasileira, e é a principal política voltada para a agricultura familiar, abrangendo quase a totalidade dos municípios brasileiros, desde então, diversos outros programas voltados para a agricultura familiar foram desencadeados.

3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a atingir os propósitos desse artigo, busca-se identificar as políticas públicas do município de Viana-ES através de entrevista a representantes da administração pública, bem como entrevistas com agricultores e ainda consultas ao portal institucional do município.

Dessa forma, é possível verificar a abrangência dos programas de fomento à agricultura familiar do município e quais políticas estão vigentes. Da mesma forma, foram pesquisadas, em dados secundários de portais públicos (Federal e Estadual), as políticas agrícolas para se fazer um relato das políticas vigentes em outros níveis de governo, atenuando-se às diferentes formas de gestão de políticas públicas. Também, por meio da observação direta, efetuada no mercado municipal de Viana, buscou-se compreender as relações mercadológicas da localidade, tendo em vista seu potencial de absorção a produtos agrícolas, podendo este ser direcionado ao produtor interno. Essas medidas integralmente foram utilizadas como base para descrever e avaliar as políticas municipais de agricultura.

Além disso, identificaram-se os principais mecanismos participativos que envolvem as políticas estudadas e fez-se um levantamento bibliográfico de autores que abordam a temática, para a partir daí indicar ações que potencializariam as políticas de agricultura do município (identificada a necessidade), sempre baseadas na realidade local/regional.

A metodologia utilizada neste estudo classificou-se como exploratória e descritiva. A pesquisa possuiu caráter qualitativo, pois segundo Fraga (2017, p.2), “Estas buscam revelação entre o fenômeno e a essência e se opõem a corrente positivista, para afirmar que algo só pode ser entendido a partir do ponto de vista das pessoas que o estão vivendo e experimentando”.

A pesquisa de campo foi realizada mediante entrevistas com a Secretaria de Agricultura do município de Viana-ES, selecionada em virtude de ser a responsável pelo desenvolvimento rural do município. Foi entrevistado o Secretário de Agricultura (representante do município), e os demais membros da Secretaria Municipal de Agricultura. Para as entrevistas, foi aplicado um roteiro de perguntas semiestruturadas com questões abertas nos meses de julho e agosto de 2019.

Além disso, como o portal institucional da prefeitura está organizado adequadamente, diversas informações foram coletadas na página da Secretaria de Agricultura.

A entrevista com a Secretaria de Agricultura teve como finalidade obter informações sobre os programas de desenvolvimento rural, bem como analisar a gestão e implementação das políticas públicas. Como as perguntas do questionário dependiam de informações que demandariam tempo e busca em arquivos, a secretaria optou pelo envio do questionário por e-mail. A entrevista com a gestão do desenvolvimento rural no município de Viana-ES foi mediante a um questionário semiestruturado contendo 14 perguntas. A princípio, esta entrevista também seria pessoalmente, porém, após o recebimento das respostas, as dúvidas foram enviadas e respondidas também por e-mail.

Os dados dessas entrevistas foram tratados de forma qualitativa, para identificar a qualidade no planejamento e implementação de programas através dos recursos do município que efetivamente promovam o desenvolvimento rural sustentável, análise e avaliação do perfil dos programas em fase de implementação ou já finalizados observando se estes são voltados apenas com viés político ou se a intenção é de realmente promover o desenvolvimento contribuindo também para a erradicação da pobreza.

A metodologia escolhida para este estudo apresenta limitações que podem, eventualmente, interferir no resultado da pesquisa, a principal delas é que o município pesquisado não representa, certamente, a totalidade de municípios brasileiros.

Por outro lado, para verificar, na percepção dos agricultores, se as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar do município de Viana-ES têm contribuído para o desenvolvimento de suas capacidades, segundo a abordagem de Amartya Sen, foram feitas entrevistas em campo com os mesmos, que residem no município de Viana, com intuito de entender os efeitos dos programas de desenvolvimento rural em suas vidas e na agricultura em geral.

O universo da pesquisa é composto pela população rural de Viana-ES que tenha como foco de sua atividade laboral a agricultura. A amostra foi composta por 42 agricultores que se disponibilizaram a responder os questionários.

As entrevistas foram feitas no município de Viana-ES, os entrevistadores de maneira oral faziam as perguntas e anotavam as respostas dos agricultores, manualmente, posteriormente as transferindo para meio digital, para uma análise e tabulação mais facilitada. Após serem tabuladas as informações foram compiladas de maneira que permitissem um entendimento mais didático dos resultados da pesquisa. As entrevistas foram feitas entre os dias 07 e 28 de agosto de 2019.

Como limitações do método, em relação ao método qualitativo, ou seja, a pesquisa de campo, pode-se citar a distância que teve de ser percorrida para entrevistar os agricultores e a própria indisponibilidade de muitos agricultores ao serem convidados a participar da pesquisa.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 – PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIANA, ESPÍRITO SANTO, BRASIL

As informações dos programas a seguir foram coletadas por meio de entrevistas aos gestores públicos do município:

4.1.1 – Projeto Semear E Colher

Esse programa foi implantado em 2017 e tem por objetivo o cultivo da banana, cacau e palmeira juçara, tendo como perfil de beneficiário os agricultores assentados. Trata-se de uma política de desenvolvimento que faz parte do Sistema Agroflorestal – SAF, associado à prática agroecológica de cultivo dos produtos citados. Além disso, busca a diversificação da produção agrícola no município, visando a promover o desenvolvimento social, econômico e ambiental do grupo de agricultores assentados, além de promover a certificação orgânica.

O SAF, conforme relatório enviado pela Secretaria Municipal de Agricultura, é um sistema de utilização do solo onde as plantas lenhosas como árvores, palmeiras e arbustos podem ser cultivadas, intencionalmente, na mesma área, conseguindo estabilidade ecológica e econômica, garantidas pelas diversas alternativas de produção. Foi proposto para esse projeto, pois, segundo o relatório, trata-se de uma combinação de árvores: plantio do cacau, bananeira e a palmeira juçara.

O cultivo da palmeira e do cacau além de fornecer os frutos, é sustentável, pois reduz a necessidade de água e a ocorrência de insetos que causam o desfolhamento quase total da árvore, conhecido como emponteiramento. As variedades de bananeira para compor a plantação foram escolhidas aquelas que se adaptam bem aos princípios da economia ecológica, além de grande aceitação no mercado.

4.1.2 – Casa do Mel

Localizada na região rural de Viana e implantada em 2016, possui 175 metros quadrados de área construída, nela os apicultores fazem a desoperculação, centrifugação, envase e a Certificação Sanitária do Mel. Uma das principais características, é que esse alimento produzido no município é comprovadamente orgânico, segundo o site ES Brasil, quando o mel é orgânico torna-se uma fonte adequada de vitaminas, além de minerais e antioxidantes, podendo contribuir com o tratamento de vários problemas de saúde.

A criação da casa do mel teve por objetivo ampliar a produção e produtividade do mel, agregação de novas tecnologias no manejo, extração e comercialização dos produtos da apicultura.

Os beneficiários são moradores de Viana, e fazem parte da apicultura e ou/ agricultura familiar. O investimento da obra foi R\$ 324.149,25, com equipamentos R\$ 58.873,48. 20 famílias fazem o trabalho nesse local, em 2018 foi produzida cerca de 20 toneladas do alimento, em 2019, a expectativa é que a produção tenha um aumento de 50%, é o que afirma o presidente da Associação Vianense de Apicultores (Aviapis), Maurilio Brandão.

Segundo a Secretaria do Meio Ambiente, o mel produzido em Viana é o mais doce do país, isso porque o município possui reserva ambiental com grandes variedades de plantas nativas, que florescem durante todas as estações, o que possibilita a produção de mel silvestre, com qualidade muito boa, destaca-se ainda que as abelhas não ficam confinadas, elas produzem livremente nas diversas flores da região.

4.1.3 – Hortas Comunitárias

Esse é um programa de desenvolvimento rural, em parceria com a comunidade, e os moradores são os responsáveis pelo plantio. A primeira plantação foi de responsabilidade da prefeitura e não houve utilização de recursos públicos, tudo ocorreu através de parcerias. O ano de implantação desse programa foi em 2017. Os moradores dos bairros selecionados para receberem a horta, principalmente aqueles em vulnerabilidade social e baixa renda, podem colher verduras e legumes de forma gratuita.

O objetivo dessa política, segundo a Secretaria Municipal de Agricultura, é envolver a comunidade por meio de trabalho voluntário, desenvolvendo produção agroecológica de verduras e legumes responsáveis por compor a dieta alimentar das famílias de baixa renda que participam da horta.

4.1.4 – Usina de Compostagem

Conforme a secretaria de meio ambiente, o objetivo da usina de compostagem é: “transformar toneladas de lixo orgânico em matéria utilizável na agricultura beneficiando os produtores rurais de Viana”. Implantado em 2017, esse programa fomenta a sustentabilidade, produzindo adubo através do lodo do café, que é doado pela Real Café, empresa de grande porte localizada no município, Esse é um programa de parceria com a Real Café, empresa localizada no município de Viana com capacidade de produzir em torno de 10 mil toneladas de café por ano. O valor investido pela prefeitura foi de R\$ 20.822,11, já pela Real Café R\$ 500.000,00, gasto com o maquinário e estrutura. Após o processo de compostagem, o produto é distribuído gratuitamente para os produtores rurais do município. Os beneficiários são os pequenos produtores, agricultura familiar, agricultor assentado, quilombola e os participantes da feira do produtor rural. Para a Secretaria de Meio Ambiente, o coordenador de Resíduos da Real Café informou que a Usina de Compostagem é uma excelente oportunidade de redução dos impactos ambientais, já que o produto doado entra em contato diretamente com o solo na condição de adubo orgânico.

4.1.5 – Feira do Produtor Rural

Em 2019 foi implantado o Programa denominado Feira do Produtor Rural. Os produtos comercializados nesse programa são dos produtores da região Rural de Viana, que não utilizam agrotóxico na plantação, os produtos são vendidos a preços populares e fazem sucesso entre os consumidores. Segundo a Secretaria de Agricultura, o objetivo é a geração de emprego e renda, comercialização e valorização dos produtos produzidos no município, além de oferecer produtos frescos e com boa qualidade. O valor investido corresponde a R\$ 62.823,00, nela participam 30 famílias que fazem parte da agricultura local.

Na entrevista, o secretário de agricultura afirmou: “Nosso objetivo é criar uma opção de renda alternativa para o pequeno produtor rural, fomentando a comercialização direta ao consumidor do que é produzido em sua própria terra”.

4.1.6 – Horta Medicinal

Projeto ainda em fase de implantação com planejamento de investir o valor de R\$ 15.000,00. Seu objetivo é a inclusão da população na prática do cultivo de hortas, utilizar as plantas como tratamentos fitoterápicos e, ainda, utilizar a ação medicinal por meio dessas plantas destinada à população. O principal público alvo são as famílias de baixa renda. O projeto está em fase de preparação do terreno e correção do solo. A próxima fase será a adubação, na qual será utilizado o material da usina de compostagem, explicou o Secretário de Agricultura.

4.1.7 – Capacitação de Agricultores

O Programa de Capacitação para Agricultores foi implantado em 2018, no qual os produtores rurais do município recebem treinamento sobre a emissão de notas fiscais, contexto histórico da agricultura, linha de agricultura alternativa, compostagem, controle biológico, sanitário, adubação verde, fossa séptica biodigestora e manejo hídrico. Os cursos, treinamentos e palestras acontecem com parcerias entre a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) e sobre a compostagem, parceria também com a empresa Real Café.

O objetivo desse programa é reunir os agricultores promovendo o aprendizado de diversos assuntos agrícolas. Conforme o Secretário de Agricultura, esse programa visa o aumento de produção agrícola, portanto há esse trabalho de orientação para os produtores.

4.2 – ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS PELA ÓTICA DA GESTÃO MUNICIPAL

Diversas políticas de desenvolvimento rural contemplam o município de Viana de modo a incentivar a agricultura familiar contribuindo para melhorar a qualidade de vida no município. Este ponto vem ao encontro do que é citado por Kageyama (2008) "O processo de desenvolvimento rural deve equilibrar os benefícios ao território e à população de forma a preservar o meio ambiente, dinamizar a economia e melhorar as condições de vida e bem-estar". (Kageyama, 2008, p.57).

No município, as políticas de desenvolvimento rural citadas acima iniciaram-se em 2016, com a lei ordinária 2.829. Pode-se destacar que, em seu artigo 23, está previsto que “o Pólo de Desenvolvimento Econômico Rural Sustentável objetiva promover atividades econômicas e gerar empregos [...] de modo a compatibilizar a conservação das áreas de preservação natural, recursos hídricos e paisagens naturais”.

Diante disso, as entrevistas buscaram verificar se a prática de gestão adotada pelo município está alinhada com a legislação em vigor. Diante dessa análise, ficou evidente que a Secretaria Municipal de Agricultura promove o desenvolvimento rural sustentável, e há aplicabilidade da lei.

Os critérios de seleção e escolha dos locais beneficiados para implantação dos programas, a secretaria informou que os locais e os produtores selecionados foram aqueles pertencentes a grupos sociais mais vulneráveis “onde há escassez de emprego e oportunidades, baixa escolaridade, precário domínio de técnicas de gestão, produção agrícola e comercialização”, além disso, foi realizado um levantamento para selecionar os produtores dentro de cada programa.

Conforme acima citado, atualmente, o município é contemplado por dez programas de desenvolvimento rural, e é permitido que o agricultor participe de mais de um programa, desde que atenda aos requisitos estabelecidos. A escolha dos programas a serem implantados se justifica pois correspondem aos resultados esperados pelo município, com baixo custo, porém eficientes. Além disso, os programas atendem às necessidades de alimentação básica beneficiando a comercialização dos produtos. Quanto a escolha dos beneficiários, justifica-se pelo agricultor com baixa renda, e em vulnerabilidade social.

A Secretaria de Agricultura era integrada com a Secretaria de meio ambiente, e em 2019 foram desmembradas, gerando algumas dificuldades. Porém, em 2019, com apenas cinco meses, o município criou metade dos programas citados. Isso demonstra a preocupação que a administração municipal tem com a agricultura familiar e os consequentes benefícios como geração de renda, empregos, dentre outros. Porém, uma dificuldade apontada para alcance dos resultados foi a escassez de maquinários suficientes para atender a manutenção e conservação das estradas rurais. Por outro lado, dentre as principais vantagens do desenvolvimento rural, segundo a Secretaria de Agricultura, há o uso coletivo de maquinários, o que já soluciona parte da dificuldade apontada. Além disso, como vantagem ressalta-se, mais uma vez, geração de emprego e renda, aumento da produtividade agrícola, a manutenção do homem no campo, aquisição de insumos e equipamentos com menores preços e melhores prazos para pagamento, organização dos agricultores em associações para facilitar a comunicação e obtenção de linhas de crédito e o crescimento econômico do município como um todo.

Segundo a Secretaria da Agricultura, a adesão aos programas em geral é muito positiva e os projetos contam com o apoio dos produtores. Apesar das grandes vantagens para o agricultor, houve resistência de alguns quanto à adesão das políticas de desenvolvimento rural, porém, a Secretaria de Agricultura conseguiu que os mesmos aderissem aos programas por meio da conscientização, e orientação e demonstração dos benefícios: preço acessível do pré-composto e de maquinários, assistência na produção bem como na comercialização dos produtos, capacitação para aprendizagem e conhecimento agrícola, doação de mudas, além da geração de emprego e renda.

As políticas de desenvolvimento rural implementadas já trazem benefícios e oportunidades aos agricultores, portanto a secretaria citou que após a participação nos programas, a reação dos produtores foi positiva. Além disso, após implantação dos projetos, a secretaria, por meio de relatórios, avalia a efetividade dos programas, para assim obter resultados comparativos e de desempenho. Informa ainda que após a implantação do SAF houve maior produção da banana.

A Secretaria de Agricultura informou que a prestação de contas é realizada através dos Blocos de Notas fiscais do produtor Rural. Há orientação individual aos produtores Rurais sobre Preenchimento do Bloco de Nota Fiscal, emissão de Nota Fiscal eletrônica através do servidor responsável pelo Núcleo de Atendimento ao Contribuinte – NAC. Em Março de

2019 foi realizado o Seminário da Cana-de-açúcar, onde um palestrante da Secretaria Estadual da Fazenda, convidado pelo município, abordou o tema sobre a Importância da Emissão da Nota Fiscal.

Vale ressaltar que todos os programas de desenvolvimento rural citados nesta pesquisa são exclusivos do município de Viana, e os recursos financeiros independem de repasses dos governos Estadual e Federal.

4.2 – ANÁLISE DOS RESULTADOS PELA ÓTICA DOS AGRICULTORES PESQUISADOS

A seguir, são apresentados os resultados da pesquisa com os agricultores, conforme descrito nos procedimentos metodológicos.

4.2.1 – RESIDÊNCIA DOS ENTREVISTADOS

Os agricultores residentes no município de Viana entrevistados residem nos seguintes distritos: São Paulo de Viana, Sítio Vargem Grande, Bairro Carioca, Perobas e em Pedra Mulata.

4.2.2 - ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS

As entrevistas revelaram que dos 42 entrevistados, 62% (27) não terminaram o ensino fundamental, tendo parado os estudos na 4ª ou 5ª série. 24% (10) completaram o ensino médio e apenas 5 dos entrevistados têm ensino superior completo ou ainda cursando, sendo que uma entrevistada possui pós-graduação.

Se extrapolada, a amostra demonstra que realmente são necessários programas de capacitação e treinamento para os agricultores, como Programa de Capacitação do Agricultor. Dê maneira que auxilie os mesmos a conhecerem e entenderem novas tecnologias e técnicas que possam ajudá-los a melhorar suas atividades no campo.

4.2.3 - FAMÍLIA DOS AGRICULTORES

Uma das constatações mais interessantes observadas através das entrevistas foi em relação a família dos entrevistados. Segundo as respostas 60% (25) dos entrevistados têm suas famílias envolvidas com a agricultura a mais do que duas gerações, ou seja, desde o tempo dos avós ou antepassados mais antigos. 28% (12) tiveram a família inserida no ramo da agricultura pelos pais e 12% (5) começaram a lidar com a agricultura entre 5 ou 10 anos atrás.

Tais dados demonstram que a maioria dos agricultores apresentam uma longa história ligada a agricultura e talvez um dos motivos que os mantiveram no campo, mesmo enfrentando tantas dificuldades.

4.2.4 – PRODUTOS MAIS PRODUZIDOS

A Secretaria da Agricultura revelou que o produto mais produzido em Viana é a Banana. Tal informação foi reafirmada através das informações, todos os produtos rurais entrevistados possuem plantação de banana (seja da qualidade prata, terra, nanica, maçã ou ouro) em suas propriedades. Em segundo lugar ficou o Café com 20 dos agricultores. Hortaliças em geral ficaram no terceiro lugar. Tendo-se em mente que nesse cálculo os agricultores têm mais de uma única plantação.

4.2.5 – PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES NOS PROGRAMAS

Com relação a adesão aos programas as respostas dos agricultores foram interessantes. Somente a Feira do Produtor Rural de Viana foi mencionada pelos entrevistados. Possivelmente os outros programas ainda não tenham grande adesão por estarem começando a ser conhecidos e não tenham um cunho comercial como esse, onde é propiciado ao próprio agricultor um espaço para venda dos seus produtos, próximo à Prefeitura de Viana. Entretanto, mesmo esse programa é bem recente e segundo os entrevistados não foi amplamente divulgado.

Contudo, vários agricultores responderam que participam de programas federais de incentivo a agricultura e vida no campo, sendo mais vezes mencionados Pnae (Conhecido como “Programa das Merendas Escolares”) e o P.A.A.

O Pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar), segundo informações do EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) é um programa do Governo Federal que tem objetivo fornecer alimentação para os alunos de escolas públicas do Brasil. Melhorando assim suas condições de aprendizagem, praticando melhores técnicas de alimentação e os suprimindo com todos os nutrientes necessários à saúde.

O P.A.A. (Programa de Aquisição de Alimentos), ainda segundo o EMATER, é um Programa Federal que trabalha com a aquisição de produtos de agricultores familiares e os destina a pessoas em condições de insegurança familiar.

4.2.6 – FORMAS DE CONHECIMENTO DOS PROGRAMAS

Quando questionados sobre como ficaram sabendo dos programas oferecidos pela Secretaria da Agricultura e Governo Federal os agricultores deram respostas bem variadas. Grande parte dos entrevistados ficou ciente dos programas através de representantes do governo municipal (24) ou por contato telefônico (8). Tais contatos só foram possíveis por esses agricultores já terem participado de algum curso ou evento onde deixaram seus dados pessoais como cadastrados. Em reuniões com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Viana, 3 dos entrevistados vieram a conhecer os programas, e através da Associação de Moradores, 7 vieram a ter o conhecimento. Outros seis foram informados por meio de comentários de seus vizinhos e ou amigos.

Por unanimidade, os agricultores concordam que os programas vêm os ajudando a melhorar suas condições de vida, trazendo incentivo à produção dos seus produtos uma vez que lhes trazem várias vantagens, por exemplo o programa da Feira do Produtor Rural de Viana realizada próxima à sede da Prefeitura Municipal. Grande parte dos agricultores diz que a feira os permite ter um contato mais próximo com o consumidor final de seus produtos, uma vez que, normalmente, quando há a utilização de atravessadores não se tem esse contato com o consumidor final. Além disso, por não ser necessária a participação de atravessadores, permite-se que os agricultores possam lucrar mais com seus produtos, uma vez que eles podem estipular preços mais justos e finais. Outro benefício apontado pelos agricultores é que a feira impede o desperdício de produtos que seriam descartados se fossem vendidos em outros locais, ou mesmo permite a venda de produtos que não são normalmente vendidos nesses mesmos locais.

Os produtores rurais entrevistados concordam que os programas vêm trazendo várias vantagens para eles, contudo cada um apresenta um nível de satisfação. Dos 42 agricultores familiares entrevistados, 32 acreditam que os programas vêm trazendo benefícios consideráveis, como por exemplo a melhoria na qualidade de vida. Três consideram que o impacto foi baixo e 7 que os benefícios são muito grandes. Uma das agricultoras, participante

da feira, disse que pôde comprar um automóvel com a renda do trabalho obtida através desse programa e de outros que participa.

Vinte e cinco agricultores consideram que os métodos de criação de oportunidades (capacitação) oferecidos pela prefeitura faz parte de alguma realização pessoal que conquistaram. Trinta agricultores se sentem mais felizes ou realizados ao participarem dos programas. Trinta e oito consideram que o seu poder de compra melhorou com a implantação dos programas. Também, trinta e oito agricultores disseram que a vida no campo é uma opção e não se sentem prisioneiros no campo. Todos os agricultores entrevistados informaram que os programas de desenvolvimento foram criados conforme a real necessidade dos agricultores.

4.2.7.2 – Dificuldades dos Agricultores

Em relação as dificuldades enfrentadas por eles os agricultores relataram várias, contudo uma se realçou perante o restante, o transporte. Grande maioria dos entrevistados relata que a condição das estradas rurais de Viana vem prejudicando muito o transporte de seus produtos. Os agricultores esperam que o Programa de Infraestrutura de Pontes Rurais que está sendo implantado venha a melhorar essa situação em prol dos produtores rurais e outros moradores de Viana.

Uma situação alarmante relatada por três dos entrevistados foi com relação à segurança. Em comentário esses agricultores relataram que mesmo as partes mais rurais não estão livres da ação de criminosos, inclusive um deles teve a casa invadida e vários objetos pessoas furtados.

A seca é outro problema recorrente mencionado pelos entrevistados. A dificuldade na venda dos produtos e preços muito baixos também foram apontados como grandes problemas. Programas como a feira estão reduzindo os dois últimos problemas citados, pois vêm facilitando a venda dos produtos e permitindo que os agricultores estipulem preços justos.

Ao longo da pesquisa, percebeu-se ampla presença de informações sobre as políticas públicas de cunho local. Foi possível obter dados mais claros a respeito de cada uma dessas políticas públicas, pela disponibilização do poder público local, inclusive do prefeito municipal seu secretariado e uma ampla referência encontrada nesse campo tão singular das políticas públicas municipais de agricultura familiar. Desse modo, com estas informações à disposição, bem como com as entrevistas com quarenta e dois agricultores, julga-se possível fazer uma análise preliminar das políticas estudadas e se há melhoria nas capacidades dos agricultores familiares.

Com recursos oriundos dos cofres municipais, destaca-se que as políticas de desenvolvimento rural de Viana-ES tem sido vista com um olhar promissor, dada a capacidade de vazão de alimentos do Mercado, com necessárias adequações técnico-logísticas por parte dos agricultores familiares locais, para garantir certa previsibilidade de suas ofertas, o que condiciona a maioria dos produtos vendidos ao mercado. O bom funcionamento dessa política vem gerando um bom retorno não somente aos agricultores, mas também aos consumidores, pois estão adquirindo produtos com valores bem abaixo dos praticados no mercado em geral, que são comprados de diversos lugares do estado e até do país, com custos de transportes, tributos e outros.

Neste artigo procurou-se analisar as políticas públicas apontadas de maneira integral pelos seguintes aspectos: abrangência e acesso; retorno aos beneficiários (financeiro, social, cultural, etc.); e potencialidade das políticas. E, ainda, como ponto central, verificar a percepção dos agricultores quanto as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar do

município de Viana-ES e se têm contribuído significativamente para o desenvolvimento de suas capacidades, segundo a abordagem de Amartya Sen.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho foi possível perceber a importância da agricultura familiar para o município de Viana-ES, que além de ser fonte de renda de diversas famílias, fortalece o mercado interno e em grande escala torna-se uma alternativa possível para reduzir a dependência financeira do município com os recursos provenientes de outras fontes. Já com a relação à sustentabilidade da agricultura familiar e os benefícios sociais que as políticas municipais vigentes geram, observou-se durante a pesquisa que este segmento vem recebendo estímulos, em especial do poder público municipal, que muitas vezes absorve a oferta de produtos da agricultura familiar local.

Este estudo buscou verificar a percepção dos agricultores sobre políticas públicas voltadas para a agricultura familiar do município de Viana-ES, e se têm contribuído para o desenvolvimento de suas capacidades, segundo a abordagem de Amartya Sen, além de verificar a importância de implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável em nível municipal.

Percebe-se, claramente, que o planejamento, implementação e acompanhamento dos programas de desenvolvimento rural são práticas eficientes e comuns e já avançadas no município de Viana. Em linhas gerais o município executa o que lhe é proposto de forma a unir os fatores econômicos, sociais, culturais e ambientais, onde um não sobrepõe o outro.

Os programas apresentados vêm promovendo a qualidade de vida, a geração de emprego e renda, movimentam a economia local e preservam o meio ambiente. Ressalta-se que os programas não são imediatistas ou paliativos, são programas que efetivamente promovem o desenvolvimento rural sem gerar dependência ou clientelismo dos agricultores para com a prefeitura.

Destaca-se, ainda, que o município de Viana-ES possui critérios bem alinhados na legislação, e a Secretaria Municipal de Agricultura faz o planejamento, execução e acompanhamento dos agricultores. Antes de qualquer implementação, existe uma visita técnica no local para entender a melhor política a ser implementada e quais serão seus beneficiários.

Pela ótica da gestão municipal e dos agricultores familiares entrevistados, os programas atendem aos objetivos propostos, obtendo avaliação positiva, pois apesar dos desafios como a falta de maquinário suficiente, ou a adesão dos agricultores em algum programa, a secretaria consegue promover políticas de modo a sanar essas dificuldades obtendo os resultados vantajosos, como fomentar a economia local, manter o homem no campo, a geração de emprego e renda, a preservação do meio ambiente, entre outros.

Dessa forma, diante das entrevistas na pesquisa, considera-se que, na percepção dos agricultores, as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar em Viana-ES, vem contribuindo para o desenvolvimento de suas capacidades, segundo a abordagem de Amartya Sen.

REFERÊNCIAS

BUCCI, M. P. D. (2001) *Buscando um conceito de políticas públicas para a concretização dos direitos humanos*. In M. P. D. Bucci et. al. Direitos humanos e políticas públicas, São Paulo: Polis, pp.5-16.

CANÇADO Airton Cardoso, TENÓRIO Fernando Guilherme, Pereira José Roberto. (2011) *Gestão social: reflexões teóricas e conceituais*, Cad. EBAPE. BR, Nº 3, pp. 681-703)

FABRIS, Juliana et al. (2015) *Gestão social e política pública de inclusão social: um estudo de caso no programa pão da vida no Município de Xanxerê – SC*, Revista Interface Nº 2237-7506, Janeiro a Julho, pp. 109-126.

HÖFLING, Eloísa de Matos. (2001) *Estado e políticas (públicas) sociais*. Cadernos de Educação. CEDES, Nº 55, Novembro, pp. 30-41.

KAGEYAMA, Angela. (2004) *Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida*. Cadernos de Ciência e tecnologia. Vol. 21, n.3 – set./dez.

KAGEYAMA, Angela. (2008) *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora.

KAZTMAN, Ruben. (2019) *Activos y estructuras de oportunidades. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social em el Uruguay*. Montevideo: Oficina del Programa de las Naciones Unidas para El Desarrollo (PNUD) y Oficina de la CEPAL en Montevideo, Nº 180, Maio, pp. 1-357. <http://repositorio.cepal.org>, acesso em 06/08/2019.

MARTINS, Barby de Bittencourt. (2009) *Desenvolvimento e desigualdades em Amartya Sen*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

MDA. *Pronaf: 20 anos de apoio aos agricultores familiares*. (2019) Disponível em <<http://www.mda.gov.br>>, acesso em 18/08/2019.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. (2012) *As liberdades humanas como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Tio de Janeiro.

SCHNEIDER S., CAZELLA, A. A. e MATTEI, L. (2004) *Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. In: SCHNEIDER, S.; KUNRATH SILVA, M.; MORUZZI MARQUES, P. E. (Orgs.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre-RS, Editora da UFRGS, 252p., p. 21-49. (Série Estudos Rurais).

SEN, A., e Kliksberg, B. (2010) *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. São Paulo: Companhia das Letras.

SEN, Amartya. (2011) *A ideia de Justiça*. Tradução. Denise Bottmann, Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras.

SEN, Amartya. (2000) *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das letras.

SEN, Amartya. (2008) *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SOUZA, C., (2006) *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. “Sociologias”, Nº 16, Julho/Dezembro, pp. 20-45.

TENÓRIO, Fernando G. (1998) *Gestão social uma perspectiva conceitual*. Revista de Administração Pública, Nº 5, Setembro/Outubro, pp. 7-23.

VEIGA, J.E. (2008) *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 3.ed..

VEIGA, José Eli. (2005) *Desenvolvimento Sustentável; O Desafio do Século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.